



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Nº 3545/2015 - PGGB

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO Nº 838.329/MG

**AGTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS**

**PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
MINAS GERAIS**

**AGDO.(A/S) : MARIDALMA FERREIRA COSTA REPRESENTADA
POR APARECIDA DE FÁTIMA FERREIRA COSTA**

**ADV.(A/S) : JULIANNE APARECIDA DE OLIVEIRA ALBINO
SILVA E OUTRO(A/S)**

**INTDO.(A/S) : FHEMIG - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO
DE MINAS GERAIS**

ADV.(A/S) : LÍLIAN NOGUEIRA MENDONÇA

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

**Recurso extraordinário com agravo. Contratação de
pessoal pela Administração Pública sem prévio
concurso. Nulidade. Efeitos jurídicos fixados no Tema
n. 308 da Sistemática da Repercussão Geral (RE n.
705.140/RS).**

A ora agravada, contratada mediante vínculo precário, que perdurou por mais de onze anos, ajuizou ação ordinária postulando direitos trabalhistas supostamente sonegados pela Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais. O Juízo singular condenou o ente público a pagar as férias não gozadas, acrescidas do terço constitucional, e o adicional de insalubridade, em grau máximo. O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, diante da apelação interposta pela servidora, reconheceu o direito ao 13º salário e, em reexame necessário, alterou os critérios atualização do débito. Este o acórdão:

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA - SERVIDORA CONTRATADA TEMPORARIAMENTE PELA FHEMIG - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, FÉRIAS ACRESCIDAS DO TERÇO CONSTITUCIONAL E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - VERBAS DEVIDAS - FÉRIAS EM DOBRO E FGTS - PAGAMENTOS INDEVIDOS - RETIFICAÇÃO QUANTO À FORMA DE ATUALIZAÇÃO DO DÉBITO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA NO REEXAME NECESSÁRIO.

- Existindo a prestação de serviços por parte de servidor contratado temporariamente, há de existir a contraprestação por parte do Município, independentemente da existência de ilegalidade na contratação, sob pena de enriquecimento ilícito.

- A mera prorrogação do prazo de contratação de servidora temporária ou sucessivas celebrações contratuais não têm o condão de transmudar o vínculo administrativo que a suplicante mantinha com a FHEMIG, em relação de natureza trabalhista. Precedentes do STJ.

- Se a autora atuou como servidora pública, ainda que precariamente contratada, afiguram-se inaplicáveis as normas celetistas, sendo indispensável a observância, apenas, das normas de direito público, notadamente aquela contida no art. 39, §3º, da CR/1988, que dispõe acerca dos direitos trabalhistas assegurados aos servidores.

- Retificação quanto à forma de atualização do débito.

- Recurso interposto pela parte autora parcialmente provido.

Sentença parcialmente reformada no reexame necessário.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, na qualidade de *custos legis*, interpôs recurso extraordinário, apontando ofensa aos arts. 5º, LIV, e 93, IX, da CF, por negativa de prestação jurisdicional e deficiência na fundamentação. Alegou, também, que a decisão recorrida violou o art. 37, *caput*, II, IX e § 4º, da CF. Sustentou que a contratação sem prévio concurso público é nula e implica ato de improbidade administrativa, cabendo aos “partícipes da

ilegalidade – o administrador ímprobo que deu causa à contratação e a contratada - (...) recomponem o patrimônio público com os valores irregularmente despendidos e, não, obter mais vantagens”. Requereu, ao final, “que seja negado provimento à apelação recorrida ou reformada a sentença em reexame necessário”.

O 1º Vice-Presidente do TJ/MG julgou o extraordinário prejudicado quanto aos arts. 5º, LIV, e 93, IX, da CF, com apoio na harmonia da decisão recorrida com o AI n. 791.292-QO/PE, julgado na Sistemática da Repercussão Geral. Relativamente aos demais dispositivos, negou seguimento ao extraordinário, fundado na existência de fundamento autônomo não infirmado (Súmula n. 283/STF).

O agravo sustenta que o paradigma indicado não se aplica ao caso em exame. Insiste na nulidade do acórdão recorrido, repisando os fundamentos do extraordinário. Alega, por fim, que o recurso abarcou todos os fundamentos da decisão recorrida.

- II -

No que tange à alegada ofensa aos arts. 5º, LIV, e 93, IX, da CF, observa-se que os pontos centrais da controvérsia foram abordados pela Turma Julgadora, que os resolveu de forma suficientemente fundamentada, a partir das premissas que lhe pareceram adequadas à espécie. Esse modo de proceder não merece crítica, como já definiu o STF no julgamento do AI-QO-RG 791.292 (rel. o Ministro Gilmar Mendes, DJe 13.8.2010), sob o regime da repercussão geral:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao

recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791292 QO-RG, Relator(a): Min. Gilmar Mendes, DJe 13-08-2010).

Quanto aos efeitos trabalhistas da contratação de pessoal sem prévia aprovação em concurso público, o Plenário do Supremo Tribunal Federal adotou a seguinte tese ao julgar o Tema n. 308 da Sistemática da Repercussão Geral (RE n. 705.140/RS, Rel. Ministro Teori Zavascki, DJe 4.11.2014):

A Constituição de 1988 comina de nulidade as contratações de pessoal pela Administração Pública sem a observância das normas referentes à indispensabilidade da prévia aprovação em concurso público (CF, art. 37, § 2º), não gerando, essas contratações, quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos empregados contratados, a não ser o direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/90, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Na espécie, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais considerou que a ausência de prévia aprovação em concurso público não afasta o direito da servidora às vantagens previstas no art. 39, § 3º, da CF, bem como ao adicional por insalubridade. É o que se depreende dos embargos de declaração:

(...) Restou claro no acórdão embargado o entendimento da Turma Julgadora, no sentido de que eventual irregularidade nos contratos que originaram a cobrança de verbas salariais não isenta o devedor de seu pagamento, sob pena de enriquecimento sem causa, contrário ao dever de boa-fé inerente ao princípio da moralidade administrativa (Art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988).

Assim, a inobservância das regras legais para a contratação em comento é fato irrelevante e não autorizador de eximir a FHEMIG do pagamento dos serviços por ela contratados e devidamente prestados por terceiros de boa-fé, que não podem ter a sua contraprestação obstada por eventuais irregularidades administrativas, havidas na contratação dos serviços.

E, se as férias, acrescidas do terço constitucional, e o décimo terceiro salário são garantias individuais previstas no artigo 39,

parágrafo 3º, da Constituição Federal de 1988, a todos os ocupantes de cargo público, a embargada, que ocupava cargo público, faz jus ao recebimento das aludidas verbas salariais, durante todo o período em que efetivamente prestou serviços ao requerido, observada a prescrição quinquenal. E devido, também, o adicional de insalubridade, já que constatada a incidência de condições insalubres de grau médio e máximo, simultaneamente, durante todo o período de vigência dos contratos administrativos celebrados entre as partes, levando-se em consideração o local de trabalho e as atividades por ela exercidas. (...)

A decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim, diverge do entendimento consolidado no Supremo Tribunal Federal, que limita os efeitos do contrato nulo à percepção dos salários e, no caso de empregados públicos, ao levantamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

O parecer é pelo provimento do recurso extraordinário, para reconhecer a improcedência da inicial.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Paulo Gustavo Gonet Branco
Subprocurador-Geral da República